

A herança da arquitetura africana nas comunidades quilombolas

Vanina Margarida Tomar Borges Pereira,
Arquiteta Urbanista,
Mestranda Arquitetura e Urbanismo, UFES.
Email: VaninaPereira@gmail.com

afro-descendentes, africanos e sua bibliografia.

*Ciência sem conhecimento é ruína da alma.
Rabelais, Pantagruel, VIII*

Se notarmos as ementas das disciplinas dos cursos de arquitetura não traz debates sobre a grande diversidade de modelos arquitetônicos fora dos modelos europeus e norte-americanos. Outras formas de conhecimentos arquitetônicas e urbanísticas são desconsideradas: arquitetura Asiática (à exceção do Japão), arquitetura Indígena, arquitetura Árabe, arquitetura Africana. E isso acontece em quase a totalidade das escolas brasileiras e mesmo nas escolas de arquitetura do continente africano.

Os currículos das escolas de arquitetura tanto no Brasil como nos Países africanos têm um alto percentual de eurocentrismo, isto é, utilizam fontes bibliográficas e referências provenientes de autores e escolas européias. Até os dias de hoje podemos encontrar alguns autores que escreverem sobre a África, mas poucos são aqueles que escreveram sobre as verdades desse continente. A maioria usa palavras com certo preconceito, deixando se levar por uma análise com base na sua própria cultura e ponto de vista.

No Brasil, podemos encontrar apenas um livro que trata parcialmente do tema, *Arquitetura Popular Brasileira* de Günter Weimer.

Esta pesquisa partiu basicamente de um trabalho de campo para tratar da arquitetura rural Afro-Capixaba com entrevistas, fotografias antigas, mapeamento, relatos e também artigos de jornais, revistas, alguns textos em livros e relatórios sobre os remanescentes quilombolas. Quanto a Arquitetura Africana foi necessário fazer uma

viagem ao continente, Senegal e Cabo Verde, e também ao antigo colono (Portugal) onde foi encontrada a maioria do material bibliográfico. *

Para uma melhor compreensão do mundo negro torna-se imprescindível vivenciar esse universo, a tradição africana assim como a tradição quilombola, tem uma cultura oral. É por meio da oralidade que se ensina e é passa todo o conhecimento. As palavras contadas criam os valores e motivam para o trabalho, para a luta ou para a festa. Os contadores de histórias são a herança viva da ancestralidade. Por meio das estórias, conservam-se a sabedoria e o conhecimento passados de geração em geração. A narração oral da estória é o aspecto essencial para conservar a tradição do mito e da lenda da cultura tribal e étnica do povo negro. Os contadores de história criam um vínculo, uma ponte entre os ensinamentos tradicionais e o momento presente, mantendo a herança da identidade que serve de suporte para as tradições culturais, étnicas e religiosas. Desde muito tempo até os dias de hoje no continente africano, todas as comunidades e culturas tribais étnicas têm os seus contadores de histórias, geralmente homens, mas têm mulheres também. Em África nada substitui a potencia da palavra e a escrita é considerado um fator externo a pessoa. O conhecimento a cerca do Africano e do Afro descendente está nesses povos. Eles carregam todo o conhecimento e toda a sua história.

África lá e cá

O continente Africano sempre sofreu com preconceitos de diversas naturezas e mais especificamente com relação ao seu esquema arquitetônico e urbanístico. Primeiro falava-se em grandes impérios e poderosas cidades majestosas escondidas no interior das florestas ou à margem do deserto. Com o inicio das grandes explorações no século XIX cada manifestação cultural africana foi “etiquetada” como “produção selvagem” (SOURCE, 1974) para justificar a presumível inferioridade racial dos africanos. As cidades que anteriormente tinham sido relatadas com entusiasmo transformaram-se em “miserável conjunto de palhotas” (ibidem, p. 185) ou foram negadas como inexistentes. Até hoje esta imagem do continente africano perpetua por todo o mundo e é reproduzida (e pouco questionada) nas escolas de arquitetura de um modo geral.

* Universidade Federal do Espírito Santo. Arquiteta Urbanista. Mestranda PPGAU

Para compreendermos melhor a importância dos fatores socioculturais na arquitetura é que entender a sua origem. A maioria das pessoas acredita que a arquitetura nasceu com o abrigo. Afinal, os primeiros edifícios foram habitações, e as pessoas precisavam de abrigo para sobreviver. Contudo, abrigo não é a única função nem mesmo a principal função da casa (RAPOPORT in: SNYDER ; CATANESE, 1984). Se tomar uma visão ampla se considerar que os fatores socioculturais no sentido mais lato são mais importantes que o clima, a tecnologia, as matérias e a economia. Assim sendo, podemos esperar que os seres humanos, ainda mais que os animais, tenham diferenciado espaço e lugares desde os primeiros tempos. As relações espaciais e sociais não são, assim, randômicas, mas, sim, ordenadas. Assim, a cultura se refere a um grupo de pessoas que tem um conjunto de valores e crenças e uma visão do mundo que constitui um ideal. Essas regras também levam a escolhas sistemáticas e consistentes. O continente africano tem 54 países e é dividido em África Negra e África Branca. Na África negra é falado em torno de mil línguas diferentes. Isso vale dizer que deve existir um número semelhante de culturas arquitetônicas diferentes, cada uma delas se diversifica em numerosos programas (templos, palácios, prédios administrativos e comunais, praças, vias urbanas e rurais, construções de defesa etc.)

Os bantos originários de Moçambique e de Angola foram os que vieram em maior número para a região sudeste do Brasil. Os sudaneses mais conhecidos como iorubas ou Nagôs originários de Benin, e Nigéria, Níger, vieram depois dos Bantos, para o Sul da Bahia e tiveram também um papel importantíssimo na formação do povo brasileiro (PONPÊO, 2005:3 DVDs). O Brasil teve três ciclos de entrada de negros, começou com o ciclo da Guiné (SEC.XVI) e se prolongou pelo ciclo de Angola (SEC.XVII), ciclo da costa da mina do golfo de Benin (SEC. XVII, até 1815) e a última fase quando o tráfico ilegal terminou em 1856. Durante o século XVI, a maioria dos escravos trazidos ao Brasil, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, era composta de sudaneses. Esses africanos foram embarcados nos portos da Guiné, por isso, foram também conhecidos como negros da Guiné (MACIEL, 1994). O Espírito Santo foi uma região de pequena projeção econômica no cenário escravista brasileiro. Recebeu escravos importados diretamente da África, mas foi muito grande o número de escravos, oriundos de outras áreas do próprio Brasil. Assim sendo, no território capixaba do século XIX podiam ser encontrados africanos escravizados, principalmente, da Bahia e de outras regiões como

Rio de Janeiro e Minas Gerais (MACIEL, 1994). Documentos das historia capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Embora, oficialmente a importação de força de trabalho da África só tenha ocorrido após 1561.

Considerando que muitos africanos e afro brasileiros chegaram ao Espírito Santo, vindos de outras regiões do Brasil, é necessário também verificar essa possível origem (MACIEL, 1994). No Rio de Janeiro, uma das nações de escravos mais encontradas foi os minas que inclui os povos da Costa do Marfim, Ghana (Costa do Ouro) e da Costa de Escravos. Na Bahia, o destaque intelectual e social coube, sem contestação, aos sudaneses (nagôs e fantis ou achantis) (MACIEL, 1994). No Espírito Santo, pode-se dizer que importação direta de africanos para esta Capitania data de fins de 1621. Aceita-se também dizer que para o Espírito Santo vieram muitos sudaneses, embora os registros de sua presença sejam mais difíceis de apontar com maior convicção. A origem dos escravos vindos para o Espírito Santo é definida assim primeiro, conforme a documentação deixada pelo tráfico, que omite a precisão dessa origem; segundo, pelo que ficou registrado das falas populares; e terceiro, pela declaração de estudiosos consagrados, mas que, também, podem ter cometido alguns enganos em face da dificuldade apresentada pela documentação

A arquitetura africana

Os mais antigos geógrafos e viajantes que, na idade moderna, tinham tratado o interior de África, os árabes a partir do século VIII (AL-BAKRIMOS, 1997) e europeu a partir do século XVI descreveram os assentamentos africanos com palavras e imagens da própria cultura urbana, falaram assim de grandes impérios poderosos e ilustraram cidades majestosas escondidas no interior das florestas ou à margem do deserto. Uma das características mais específicas da arquitetura africana é o assentamento familiar em forma de *Krall* e as cubatas. O *krall* é constituído por um terreno cercado, que contém as diversas, cubatas, locais de trabalho, a horta, as árvores frutíferas e de sombra (moradas de orixás), espaços cerimoniais, cercados de animais, etc. E as cubatas devem ser entendidas segundo Weimer, como uma construção que abriga uma única atividade, como uma cozinha, um dormitório, uma sala de trabalho, um celeiro, um sanitário.

>>**Os Sudaneses.** Quando fazemos uma análise das tipologias arquitetônicas da África ocidental levando em conta o clima, teremos uma divisão de áreas do Norte (seco), Centro (úmido) e Sul. No Norte, há o solo seco apresentar alguns bolsões, onde pode ser encontrada argila, por isso há um maior número de casas cilíndricas. No centro (úmido) as florestas fornecem tábuas utilizadas na construção de taipas para paredes apioladas; essa técnica exige paredes retas, razão pela qual as plantas são quadradas ou retangulares. A cobertura de palha e sapê (construções do Norte, seco) é substituída por folhas de palmeiras. A organização e a forma de organização permitem sempre uma ampla circulação do ar através da construção, para evitar o aquecimento solar e os efeitos nocivos dos excessos de umidade. A casa utilizada em algumas povoações é o *igbo*, casa de patio central, nas cidades do reino ioruba[†] e nas cidades do reino do Benin dos reinos Adja[‡] constitui uma variante de casas contínuas em volta do pátio *impluvium* (BRUSCHI, 2004). *Tabanca* é o nome mais comum dado aos aldeamentos sudaneses (quilombo sudanês) que, em geral, eram mais complexas que as dos Bantos. Em primeiro lugar, por serem mais antigos, o que permitiu uma maior experimentação em sua organização. Ao contrário dos Bantos, suas práticas religiosas assumiram um caráter mais doméstico, os sudaneses cultivavam “bosques sagrados” (no Brasil chamado de “terreiros”) periféricos ao aldeamento. Uma maior experiência na organização estatal fez com que as “tabancas” apresentassem uma organização interna mais próxima ao conceito de “zoneamento de usos” do urbanismo europeu. Em geral, a separação entre os diversos *kraals* era antes espacial do que físico de modo que a maior ou menor aproximação entre as “cubatas” permitia identificar a individualidade de cada *Krall*. Além das tipologias arquitetônicas, uma cultura ancestral deixou marcas comuns. As propriedades familiares são rigidamente delimitadas por espinheiros ou por cercas de taipa. E ao contrário da cultura Banta, preferem localizar a porta de entrada no lado direito da casa. E as tipologias de casa de planta quadrada ou retangular são em número maior que a dos Bantos (WEIMER, 2004). Na antiga Daomé, reino situado onde hoje é a república democrática do Benin, as residências tradicionais eram construídas no rés do chão, e, freqüentemente não tinham aberturas; compunham as chamadas Agbo ilê,

[†] Ocupam o Sudeste da Nigéria e partes de Togo e Benin, têm uma estrutura social patrilinear e são organizados em linhagens que influenciam sua forma de morar (CUNHA; CUNHA, 1985).

[‡] Um grupo do reino costeiro de Aladá, que deu origem ao povo da antiga Daomé.

grupo de rebanho de casas. Que tem uma organização espacial em forma de quadrado ou de círculo ou de ferradura, cercado por um pátio central aberto, com um portão principal, sendo a casa dividida em compartimentos destinados a abrigar muitas famílias, ou às vezes por uma única família com é o caso da “casa-castelo” onde todas as pessoas são mais ou menos unidas por laços de parentesco ou amizade (BRUSCHI, 2004). Na região intermediária (de savanas) o clima é pouco mais ameno o que permite que os compartimentos sejam menos compactos e que as paredes de contorno dos *kraals*, menos elevadas. Estas formas de *kraals* são denominadas de “casas-pátio” (WEIMER, 2005). A África Ocidental, região onde hoje se localiza a Nigéria, possui, desde o primeiro milênio antes da Era cristã, um papel de grande relevância na formação das civilizações africanas. Os povos que habitaram a Nigéria foram conhecidos pela sua capacidade de organização. Um exemplo da importância do processo de urbanização nos últimos anos de independência pré-colonial dos povos africanos é a federação das cidades Estados Ioruba. Que no século XIX constituíram um sistema de cerca de 30 cidades com uma população total de 750.000 habitantes (OLIVA, 2005). De fato, casas com planta retangular eram já extensamente utilizadas na área da grande floresta equatorial antes da difusão da influência islâmica e da colonização européia, embora a presença desse tipo de casa fosse descurada durante muito tempo, tendo a África, na imaginação coletiva dos europeus, sido associada sempre à imagem de palhotas redondas. Essa diferença de forma das casas poderia explicar com as diferenças de condições climáticas.

>>**Os Bantos.** Eles são o maior grupo da África, povoam a metade do continente africano. Não é propriamente uma raça. Misturam-se aos vários tipos de povos na África, e torna difícil de diferenciá-los, todavia, se aceita um padrão qualificado, tendo por características, nas zonas subequatoriais e austrais (GONZAGA, 1965).

Em geral pode se dizer que as características comuns da arquitetura banta eram as cubatas redondas, com coberturas cônicas. A regra era que cada cubata tivesse apenas um único espaço interno, por vezes chamando de osala, adaptação da palavra portuguesa “sala”. Estrutura familiar era poligâmica, cada família vivia num *kraal*.

A palavra kilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo (Sul de Angola), que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica, conhecida na

África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (província do Zaire) no século XVII. A conjugação de diversos kraals (assentamentos familiares) formava uma aldeia, cujo nome mais comum era a do “Kilombo”.

Semelhante ao modo como se formaram os quilombos, as cidades bantas também resultaram da justaposição desses aldeamentos. Como a sociedade africana se caracterizava pela forte coesão tribal, era comum que as cidades se organizassem a partir de setores onde cada qual era é constituído pelos habitantes de uma só tribo. Em outros termos, isso se materializava na forma de assentamentos cortados por poucas, mas grandes e largas avenidas, mais ou menos paralelas e ortogonais entre si, formando o que poderíamos qualificar de superquarteirões (WEIMER, 2005).

A arquitetura nos quilombos no Brasil

Com a emigração forçada para a América, os diversos povos perderam a sua identidade étnica (ganguela, quimbundo etc.) para se transformaram em genéricos “negros” ao pisar em solo brasileiro. O contato com uma sociedade de características completamente diferentes das da África fez com que as novas organizações sociais e afrobrasileiras, em particular, tivessem de se reordenar de modo bastante diferente das tradicionais.

Adquiriram, portanto, características peculiares que podem ser especificadas – dentro da perspectiva dos objetivos da arquitetura – com as seguintes características: uma generalizada homogeneização pela destribalização; a família poligâmica foi substituída pelo menos, oficialmente pela monogâmica; as diversas culturas regionais africanas tiveram de se readaptar a um meio multicultural; a manutenção de fatores culturais africanos só foi possível por meio através de adaptações a novas condições interativas dos diversos grupos formadores; devido às condições em que se processou o surgimento dessa diáspora, a religião acabou por se consolidar como principal suporte da africanidade (WEIMER, 2004). Segundo Décio Freitas muitos quilombos no Brasil chegaram a possuir uma população superior acima de mil habitantes. Alguns viviam sob um regime cooperativista que estabelecia regras rígidas, porém democráticas, na organização que ia de arruamento ao traçado das fileiras das casas de acordo com a topografia do terreno, posição de sol, vento Sul. Eram edificações dos mocambos com

características de um nítido planejamento habitacional comunitário, objetivando segurança e comodidade para os seus moradores (AGUIAR, 1952). Ao contrário do que muita gente imagina os quilombos eram aldeias bem mais planejadas do que inúmeras vilas ou cidades existentes no país. Existiam a casa do conselho, a igreja, além das fortificações instaladas estrategicamente, as roças e espaços para lazer e exercícios ganhando uma consistência habitacional sólida e surpreendente (AGUIAR, 1952).

É muito comum no Brasil, mas também em Angola, os quilombos se localizarem em planaltos ou colinas, próximos a rios. Estas comunidades geralmente se constitui-se de camponeses livres, que cultivam a terra, que pratica a policultura, que não destrói a natureza, porque não tem necessidade disso, e que é homogêneo, relativamente homogêneo, em que a distância entre os que mandam e são mandados é muito pequena, mesmo quando existe, quando é grande, não é uma diferença de fortuna é uma diferença de poder. Esta não é uma diferença de riqueza, não é uma diferença de acesso às coisas boas que o grupo tem, o quilombo e a colônia são dois mundos contrastantes (SANTOS, In: Território e memória quilombola. Relatório do Antropológico da comunidade de São Jorge:). A grande variedade de culturas da linhagem banta deu origem a igualmente uma diversidade de formas urbanas dentre, as quais devem ser destacados os quilombos, devido a sua forma de adaptação ao Brasil. Via de regra, tratava-se de justaposições de kraals separados por uma via principal decorrente da divisão clânica interna da tribo.

Outra forma não menos importante, embora mais rara, é conhecida como “sanzala”. Esse tipo de aldeia é formado por uma rua central (aberta ou fechada nas extremidades) em cujos lados se agrupam em forma de fila, as numerosas “cubatas” que a integram.

A ordenação de residências que são justapostas em fila seguia regras fixas de separação dos diversos clãs (WEIMER, 2005). Procedente em grande parte da zona congo-angolana da África Central, esses, cativos, teriam recriado no Brasil várias das técnicas de construção empregadas em seu continente de origem, como o uso de paus de forquilha para a sustentação da cobertura, a adoção de um formato retangular para as cubatas, com teto de duas águas e cômodos pequenos, ou a ausência de janelas. Afora os elementos formais da construção, o sentido básico da moradia negra “a definição de como se usavam espaços internos e externos” teria permanecido o mesmo na passagem da África para o Brasil: a cabana não era o local de moradia em um sentido burguês, mas apenas o local do sono ou do abrigo contra as variações do tempo; o habitar,

portanto, se desenrolaria antes no entorno da cabana do que no seu interior (SLENES, 1999). No entanto, deve-se ressaltar que não apenas as experiências dos escravos foram trazidas da África para o Novo Mundo, mas, também, as experiências dos poderosos escravagistas. Em algumas fazendas do vale da Paraíba, foram encontrados documentos que comprovam a existência de senzalas em quadras, que eram edifícios contínuos erigidos em formato retangulares e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro (MARQUESE, 2009).

Quilombos no Espírito Santo

De acordo com a configuração espacial de 2005 feita pelo Geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, da Universidade de Brasília, somam-se, hoje 2228 territórios das comunidades quilombolas por todo o Brasil. A comunidade quilombola de São Critovão se situa no município de São Mateus a cerca de 245 quilômetros do município de Vitória, na região Norte do Espírito Santo, mais precisamente na faixa Nordeste do Estado. Formando a mesorregião Litoral Norte, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fazendo uma ponte entre a comunidade e os quilombos do sul da floresta equatorial, onde no continente africano originou o modelo vemos que, vivem da prática da agricultura e da criação de gado. Vivem na margem de grandes lagos e dos rios como comunidades de pescadores especializados. A caça é também muito apreciada, embora seja uma atividade secundária à agricultura. Os animais domésticos são geralmente a galinhas, cabras, carneiros e cachorros, os porcos e os patos. O quilombo de São Cristovão até hoje carrega características da africanidade do ponto de vista da cosmologia do espaço e da sua relação com a natureza. Existe uma preocupação em não revolucionar o seu meio ambiente e sumamente com vista a uma produção suficiente. Procura-se agir em parceria com poderosas forças cósmicas disseminadas pelo universo. O conceito de força vital, portanto, é indispensável para a compreensão do sentimento de plenitude que integra o africano com seu meio natural e social. Por meio, o Africano repudia a concepção materialista que antagoniza vida e morte, homem e natureza. No universo cultural negro, a territorialização nunca se

desvinculou de diretrizes simbólicas relacionadas com premissas mágico-religiosas, estabelecidas com base em determinadas opções históricas e culturais (SILVA, 2006). Os africanos, assim como os grupos afro brasileiros tradicionais, observam o universo como uma hierarquia de forças vitais. O homem tem o papel de elo entre as forças que regem os seres animados e inanimados do universo tangível de baixo, com os poderes espirituais do alto. Isso que explica a relação do rio com a mata, uma agricultura de subsistência, até a abertura de apenas trilhas de ligação entre as residências, mantendo assim quase intacta a mata (WALDMAN, 1998).

No antigo quilombo da Comunidade São Cristovão a separação entre os *kralls* não era feita pela aproximação entre as casas e das agregações e a posição com relação aos familiares; essas características se assemelham a Vila do Delta Níger na África ocidental. Assim como nas casas africanas do Delta Níger, as casas da comunidade de São Cristovão eram construídas sobre palafitas de mais ou menos 80 cm acima do solo que é o recomendável para zonas de inundação e solos pantanosos (LENGEN, 2008). Na região africana essas construções eram feitas sobre plataformas. Ambas as comunidades fazem o uso do mesmo material, a madeira para a construção de suas residências. As paredes são finas, para evitar a umidade. A cobertura, no caso africano, era de sapé, mas aqui a cobertura era de madeira ou palha. As portas eram de frente para o lugar onde o vento era constante. Os que tiveram a oportunidade de morar próximo ao rio explicam que as casas eram de tábuas de madeira, na parede, na cobertura e no piso. A divisão interna era muito simples. A sala era o lugar de maior importância da casa, onde se recebia as visitas. Ali as crianças nunca podiam brincar como lembra o senhor Elio (em entrevista). Assim como muitas casas das zonas rurais, onde as pessoas passam muito tempo ao ar livre, geralmente existiam duas áreas: uma para preparar a comida; e outra para estar e dormir. Havia duas portas onde uma era da frente, a mais usada pelo homem; e a dos fundos, a mais usada pelas mulheres. As paredes das divisórias eram do mesmo material que as paredes de externas, para se chegar às casas passavam-se pelas trilhas feitas na mata densa. Mas em 1970, como relata o senhor Domingos o quilombo deslocou-se para o planalto, motivado por algumas mudanças: o surgimento da estrada fez com que o rio perdesse a sua importância para o transporte de mercadorias, e como meio de comunicação; houve mudança nas relações de trabalho; com o tempo os descendentes de africanos, começaram a sentir a necessidade de ter poder de compra, e

começaram a trabalhar na chapada e a trabalhar para os grandes produtores; as inundações, que aconteciam sempre com as enchentes do rio os levaram a optar por morar no planalto. Junto com essa mudança de lugar, vieram várias mudanças arquitetônicas na forma de assentamento, na sua relação com a natureza, na forma de socialização etc. No assentamento no planalto, as casas de estuque de planta retangular, cobertas de palha ou “broto de palha”, estão na lembrança de todos. Elas eram diretamente apoiadas no solo, tinham mais ou menos um degrau de elevação no interior. No processo de construção usava-se o cipó que era amarrado em forma de grelha e posteriormente embarreado. Na época, esse processo ainda era feito pelo “mutirão”, característica presente na cultura africana. O papel das mulheres era carregar água e cuidar da comida enquanto, os homens executavam o trabalho. Após o término, fazia-se uma reza antes de entrar na casa e, depois, um grande baile sobre o barro ainda molhado. Foi apontado por alguns, também, a existência de casas de pau-a-pique, e cercas de pau-a-pique. Uma das técnicas usadas pela comunidade é o embarreio[§], a base do estuque são as peças de madeira mais grossas, esteios que sustentam o “envarinhamento” feito de galhos trançados e amarrados com cipó. Para a cobertura, palha, sapê ou pequenas tábuas de madeira-de-lei fixadas com pregos (FERREIRA, 2002). Em alguns casos, quando não havia espaço para toda a prole, fazia-se um sótão de tábua que era apoiado sobre as vigas, onde havia esteiras. Ali podiam dormir de 3 a 4 filhos homens. Se fizermos uma análise do povo matakam e moukulelê. Veremos certa semelhança com os celeiros que eles construíram. Nas casas de famílias de montanhas do povo matakam existe uma casa do celeiro típica, com, dois andares. O primeiro andar, para onde se sobe por de uma escada estreita no pavimento, é utilizado como armazém e permite o acesso ao próprio celeiro. A cobertura da casa é uma abóbada de argila, revestida de matérias vegetais. Nas casas da família da planície, o celeiro passa a ser independente, mas o acesso continua a fazer-se por uma pequena abóbada de argila que o cobre. O paiol é um elemento presente em quase todas as casas. Ele é um depósito de farinha, arroz e feijão. Geralmente fica na parte de fora da casa, onde se guardam alimentos em uma maior quantia, às vezes matérias de construção. Na cultura africana ioruba, o celeiro tem uma grande importância na medida em que constitui a

[§] Depois de bem amassado com os pés e a água, o barro é aplicado sobre esta estrutura levantada, preenchendo os vãos entre as varinhas trançadas e fechando a parede (FERREIRA,2002).

reserva alimentar da família e geralmente há mais do que um em um Krall. No caso da nossa comunidade afro brasileira, o paiol esta presente em quase todas as casas. O forno de carvão nos faz lembrar as primeiras casas angolanas, como confirma o senhor Adilson Nascimento, ao ser apresentado às figuras das tipologias angolanas.

Feito um diagrama espacial onde a comunidade é dividida por circulos concentricos com mais ou menos 100 metros de raio verifica-se que: no centro da comunidade estão às residências das pessoas mais experientes da comunidade, podemos chamar de lideres comunitários a Dona Ananizia, o Senhor Sabino, o Senhor Antonio e Senhor Sebastião. Nesse mesmo miolo encontramos a casa de farinha, outras áreas comuns e de convívio da comunidade: a igreja, o campo de futebol. Tudo isso mais ou menos em um diâmetro de 100 metros. Faço o uso de um diagrama circular, por que na cosmologia africana o circulo tem uma relevante importância. E em varias manifestações afro brasileiras, como a roda do samba, a capoeira entre muitas outras, bem como as plantas circulares, carregam um importante

significado. O culto aos ancestrais é uma característica marcante na cultura negra. Através do culto aos ancestrais, é possível reconstruir origens, etnias, memória. Essa memória enraizada na multiplicidade da herança negro-africana expande com força total. Esse culto permite revelar estruturas, valores, normas, denominadores comuns onde a questão da ancestralidade mítica e histórica, marca a existência de uma forte comunalidade. Ao mesmo tempo em que se mantém a continuidade entre a vida e a morte, o culto mantém estrito o controle das relações entre os vivos e mortos, estabelecendo uma distinção bem clara entre os dois mundos. Para o africano, o ancestral é importante e venerado porque deixa uma herança espiritual sobre a terra, contribuindo assim para a evolução da comunidade ao longo da existência, ele atesta o poder do individuo e é tomado como exemplo não apenas para que suas ações sejam imitadas, mas para que cada um dos seus descendentes assumam com igual consciência a sua responsabilidade. Por força da herança espiritual o ancestral assegura tanto a estabilidade e a solidariedade do grupo no tempo como na coesão do espaço. O culto aos ancestrais (míticos, reais, familiares) tem uma repercussão na estatua e na escultura negro africana, manifestações mais características da arte negra e em especial da arte dos povos bantos. Na arquitetura das casas da nossa comunidade não se faz o uso de

maskaras, estatua ou qualquer escultura. Oculto que é feito aos ancestrais sente-se na organização espacial, a comunidade cresce e se organiza entorno de um centro onde morram as pessoas mais experientes. O círculo para a cosmologia africana tem como base o espaço da existência humana dá idéia de uniformidade, continuidade e seguimento de energias que se unem em um só elo para a construção do ciclo de vida (MUNAGA, 95/96). A comunidade representa a maneira pela qual o grupo social se representa no espaço e no tempo. A territorialidade advinda dessa perspectiva impõe uma linguagem que define a identidade e a forma de ser da própria comunidade. Os moradores nas entrevistas estabelecem sempre a relação entre antes o período de abundancia e hoje, entre os córregos e os antigos moradores, etc. Esses dados tornam-se importantes e são a forma dos moradores criarem outros vínculos com espaço em que vivem não pelos critérios jurídicos dos nomes de sítios e fazendas, mas a partir da vivência em espaços. Dentro do terreno de cada proprietário quilombola encontramos o Espaço vivido ou *Krall*, que é uma área onde geralmente se encontra os pais os filhos, morando ou não em casas distintas. Por toda a comunidade a organização praticamente se repete, sempre temos a casa dos filhos e o paiol pouco recuado em relação à casa principal que pertence aos pais. E na maioria das vezes o paiol, de hoje foi a primeira casa do Krall. Assim como o povo africano os quilombolas, fazem do pátio o lugar de convívio, ali se cozinha e as pessoas sentam para conversar, comprem a maioria dos a fazeres domésticos. Por toda a África o pátio é o lugar de banhar as crianças e onde todo o convívio familiar se processava, ao ar livre, nos terreiros e nos pátios internos ou sob a proteção da varanda.

Conclusão

A primeira e principal conclusão à qual este estudo nos conduz é a constatação que, para entender as formas de vida dos descendentes dos africanos no Brasil, é imperioso começar por procurar compreender as condições de vida e as concepções socioculturais da matriz africana. A população africana é a mais sedentária do planeta, e, ao longo dos milênios, desenvolveu características próprias de se relacionar entre si e com o mundo e que se caracteriza pela alta sintonia com seu meio ambiente. Desde a chegada dos primeiros africanos, o modo de vida desse povo tem sido implantado e continua vivo no Brasil. Esse *modu vivendi* constitui-se num reducionismo inaceitável. Não se admite que

a participação dos negros no Brasil se limite a certas formas musicais e a participações em algumas modalidades de esportes. É importante conhecermos esses antepassados e o que deixaram como herança, para que paremos de cometer erros em relação às nossas cidades que são o produto da nossa falta de visão do futuro, associada à falta de conhecimento do passado (SOUZA, 2006).

Bibliografia.

- AL, Bakrimos D. História da África. Lisboa: Edições 70, 1997.
- AGUIAR, Maciel. Negro Rugério nº 10. São Mateus, ES: Centro Cultural Porto de São Mateus, 2007.
- AGUIAR, Maciel. Negro Rugério nº 6. São Mateus, ES: Centro Cultural Porto de São Mateus, 1952.
- BRUSCHI, Sandro. Campo e Cidades da África Antiga. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2004.
- CLEBER, Maciel. Negros no Espírito Santo. Vitória, ES: DEC, SPDC/ UFES, 1994.
- CUNHA, Mariano C.; CUNHA, Manuela C. Da Senzala ao Sobrado. São Paulo: Nobel, 1985.
- GONZAGA, Norberto. Angola Pequena Monografia, Lisboa: 1965.
- LENGEN, Johan Van. Manual do Arquiteto Descalço. São Paulo: Empório do Livro, 2008.
- REDINHA, José. Evolução da Arquitetura Tradicional Angolana. Luanda: C. de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- SILVA, Alberto da Costa. Enxada a Lança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SLENES, Robert. W. Na Senzala uma Flor. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.
- SNYDER, James C.; CATANESE Antony J. Introdução a Arquitetura. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil Africano. São Paulo: África, 2006.
- WEIMER, Günter. Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- >>**Artigos e Publicações** MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba. Departamento de história da faculdade de Filosofia, Letras e ciencias Humanas da Universidade de São Paulo.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubas na África Ocidental: Reflexões e

apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Bahia, 2005.

SOURCE, Labelle Prussin. An Introduction to Indigenous African Architecture: The Journal of the Society of Architectural Historians.

WALDMAN, Marcio: Africanidade, Espaço e Tradição e tradição a topologia do imaginário espacial, tradicional africano na fala “Griot” sobre Sundjata Keita do Mali. Revista USP, São Paulo, 1997/1998.

>>**Projetos de Graduação e Dissertação.** FERREIRA, Simone Raquel Batista. Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim de territórios comunais no extremo Norte do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2002.

>>**Jornais e Revistas.** INCRA-APAGEES- FERREIRA In: Território e Memória Quilombola. Relatório do Antropológico da comunidade de São Jorge- Município de São Mateus/ES.

INCRA – APAGEES - UFES; Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Serraria e São Cristóvão – Município de São Mateus/ES.

INCRA-APAGEES- FERREIRA In: Território e Memória Quilombola. Relatório do Antropológico da comunidade de São Jorge-Município de São Mateus/ES.

ORIGEM E HISTORICO DE QUILOMBO NA AFRICA. Munanga, Kabengele. Revista USP, São Paulo, 95/96, pag 56-63.

POMPÊO, Antônio. Mojuba. Rio de Janeiro: Canal futura, 2000. 3 DVDs Som e Color.

QUILOMBOLAS DO ESPIRITO SANTO: Identidade e Territorialidade. SILVA, Sandro Jose. Dimensões-revista de História da Ufes, Vitória., 2006 n° 18.